

As políticas públicas e a economia solidária

A gestão social como ferramenta para a economia solidária

José Ribeiro Gomes¹

Resumo Este artigo propõe uma reflexão sobre as políticas públicas, economia solidária e a gestão social tendo como objetivo precípuo, analisar a gestão social como ferramenta de gestão para a Economia Solidária no Estado de Minas Gerais. Buscou-se conhecer e entender a gestão social como ferramenta de gestão para a Economia Solidária, evidenciando os desafios que o movimento de ES enfrenta ao procurar direcionar ações que visem à melhoria e efetividade da política pública no Estado. Tal fato proporciona, entre outros problemas elencados, dificuldades na geração de relações no âmbito do movimento e governo, que respeitem a diversidade dos vários grupos sociais envolvidos, investigando a mobilização popular para a construção da política pública dentro dos espaços democráticos. Tornou-se necessário conceituar democracia e como se deu o seu processo de construção no país, a construção das políticas públicas e em específico a economia solidária e por fim a gestão social, compreendendo ser a melhor ferramenta de gestão para uma política pública, desde a sua formulação, monitoramento, avaliação e execução. Utilizou-se para o desenvolvimento do referido artigo o método crítico dialético ancorado na teoria social crítica, se valendo da pesquisa bibliográfica e documental, como livros, revistas, periódicos, sites e artigos científicos. As reflexões aqui encaminhadas foram instigadas após leituras, estudos e pesquisas acerca do tema.

Palavras-chave Gestão Social; Economia Solidária.

Abstract This article proposes a reflection on public policy, social economy and social management having as main objective to analyze the social management as a management tool for the Solidarity Economy in the State of Minas Gerais. He sought to know and understand the social management as a management tool for Solidarity Economy, highlighting the challenges the movement faces ES to seek direct actions for the improvement and effectiveness of public policy in the state. This fact provides, among other problems, difficulties in generating relations within the movement and government, to respect the diversity

1 Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Una. Pós Graduado no Curso de Especialização (MBA - UNA) Gestão de Programas e Projetos Sociais. Pós-Graduado em Promoção da Igualdade Racial na escola. Especialização UNIAFRO: Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Membro titular da Mesa de Diálogo e Negociação para resolução dos conflitos urbanos e agrários do governo. Secretário executivo do Conselho Estadual da Economia Popular Solidária do Estado de Minas Gerais. Diretor de comercialização na Subsecretaria de Trabalho e Emprego (SUBTE) - Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE). Artigo apresentado no IV Simpósio Mineiro dos Assistentes Sociais, ocorrido em Belo Horizonte Minas Gerais.

off the various social groups involved, investigating the popular mobilization for the construction off public policy within the democratic spaces. It became necessary to conceptualize democracy and how was your building process in the country, the construction off public policies and in particular the solidarity economy and finally the social management, including being the best management tool for public policy, from its formulation, monitoring, evaluation and implementation. It was used for the development off that article critical dialectical method anchored in social critical theory, making use off bibliographic and documentary research, such as books, magazines, newspapers, websites and scientific articles. The reflections sent here were instigated after Reading, studies and research on the subject.

Keywords Democracy; Public policy; Social management; Solidarity economy.

Resumén En este artículo se propone una reflexión sobre las políticas públicas, economía social y la gestión social que tiene como principal objetivo analizar la gestión social como una herramienta de gestión para la Economía Solidaria en el Estado de Minas Gerais. Se trató de conocer y comprender la gestión social como una herramienta de gestión para la economía solidaria, destacando los desafíos que enfrenta el movimiento ES para buscar acciones directas para la mejora y la eficacia de la política pública en el estado. Este hecho proporciona, entre otros problemas enumerados, las dificultades en la generación de las relaciones dentro del movimiento y el gobierno, para que respeten la diversidad de los diferentes grupos sociales involucrados, la investigación de la movilización popular para la construcción de políticas públicas dentro de los espacios democráticos. Se hizo necesario conceptualizar la democracia y cómo fue su proceso de construcción en el país, la construcción de las políticas públicas y, en particular, la economía solidaria y, finalmente, la gestión social, además de ser la mejor herramienta de gestión de la política pública, desde su formulación, seguimiento, evaluación y ejecución. Fue utilizado para el desarrollo de ese artículo crítico método dialéctico anclado en la teoría social crítica, haciendo uso de la investigación bibliográfica y documental, tales como libros, revistas, periódicos, sitios web y artículos científicos. Las reflexiones se ha enviado aquí fueron instigados después de leer, estudios e investigaciones sobre el tema.

Palabras clave Democracia; Economía solidaria; Políticas públicas.

Introdução

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, chamada de constituição cidadã, ampliou-se o debate na sociedade brasileira sobre as políticas sociais em um contexto de lutas pela democratização do Estado e da sociedade no Brasil. O cenário político da época introduz importantes inflexões nesse movimento, as quais estão relacionadas à participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, gestão e controle social das políticas públicas. Portanto, ganha força a constituição de espaços públicos que possibilitem a participação de novos atores sociais

no cenário político do país. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a gestão social como ferramenta para o desenvolvimento da Economia Solidária no Estado de Minas Gerais.

Para alcançá-lo, foram traçados os seguintes objetivos específicos como pontos norteadores da pesquisa: analisar a política pública de Economia Solidária no Estado de Minas Gerais; identificar pontos de confluência da gestão social no desenvolvimento da política de Economia Solidária; averiguar as legislações pertinentes à política de Economia Solidária; investigar a mobilização popular para a construção da política pública de Economia Solidária; e conhecer as estratégias desenvolvidas pelo movimento de Economia Solidária no Estado.

Visto que diversas determinações, inicialmente, eram desconhecidas pelo pesquisador, e que conforme esclarecidas, tornaram-se cada vez mais complexas, foi imprescindível traçar alguns procedimentos metodológicos. Assim, ao estabelecer a ligação do fenômeno com sua origem histórica, procurou-se investigar a causa da construção da política de economia solidária sob a pretensão de sua gestão ser conduzida na perspectiva da gestão social na contemporaneidade. Entretanto, além desse processo de compreensão da conjuntura sócio-histórica brasileira que incidiu nas novas configurações desta política, esta pesquisa também carrega um traço documental, pois serão analisados as legislações e o Plano Estadual da Economia Solidária que legitimam esse movimento no Estado, além de outras fontes de informação necessárias para o desenvolvimento e compreensão do objeto de estudo.

Analisar a gestão social como ferramenta para o desenvolvimento da Economia Solidária no Estado de Minas Gerais requer um levantamento investigativo que possibilite entender as relações e o trânsito entre a política pública e seus usuários no convívio social, como a relação com o Estado no que diz respeito ao acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana e direitos ao trabalho digno.

Com isso, a pesquisa tem como horizonte um produto palpável que faz a compreensão dos processos, estrutura, dinâmica, particularidades e determinações que não cessam os estudos, pois cada pesquisa se complementa e dá origem as novas interrogações.

A pesquisa se inicia utilizando como método a teoria social crítica, entendendo que a dialética, de acordo com Marx, é a ciência que estuda a sociedade a partir da concretude dos fatos, sem desprezar o campo das

ideias. Isso nos faz entender a sociedade de forma mais ampla, evidenciando as suas contradições e transformações.

Portanto, a pesquisa se desenvolverá a partir do estudo de documentos, pesquisas empíricas, legislações e bibliografias referentes à política de economia solidária, como também por meio da leitura de teóricos como Paul Singer, Raquel Raichellis, Fernando Guilherme Tenório, Jürgen Habermas, José Murillo de Carvalho, dentre outros. Esses estudiosos desenvolveram teses e publicações bibliográficas sobre o tema para realizar um resgate histórico e conceitual de compreensão do tema proposto e da Economia Solidária, entendendo como ela se desdobra na construção social do país e as possibilidades que condiciona a esse público de transitar e ter direitos pela efetivação dessa política pública no Estado brasileiro e no cenário mineiro.

Portanto, em razão do contexto mencionado, percebe-se que o cenário contemporâneo apresenta suas complexidades e intensifica as formas de exploração e articulação, sobretudo, para aqueles que compõem as classes menos favorecidas. Esta pesquisa é relevante, pois é necessário conhecer e discernir a realidade enfrentada por esses sujeitos e atores, utilizando-se dos conhecimentos e técnicas científicas disponíveis para investigar e entender os fenômenos. Sendo assim, visamos apresentar nossas considerações de modo a complementar ou definir novos paradigmas sobre o objeto de estudo.

Democracia, gestão social e as políticas públicas

A democracia deve ser compreendida como um processo político, econômico e cultural. Portanto, os esforços para organizar um sistema de governo que contenha o espírito da participação popular teve seu início em 1985 com o fim da ditadura no país, quando tivemos duros tempos de chumbo e severas retaliações aos movimentos populares. Pedro Jacobi descreve esse contexto da seguinte forma:

Na década de 1980 a participação cidadã se torna instrumento para um potencial aprofundamento para a democracia. Com supressão dos regimes autoritários que prevaleciam na região [América Latina], tem início um processo de descentralização que impulsiona mudanças na dinâmica de participação, notadamente em nível local, evidenciando a necessidade de arranjos institu-

cionais que estimulem, desde a esfera estatal, a criação de canais de comunicação com a sociedade e permitindo que de alguma forma se amplie a esfera de engajamento dos cidadãos (JACOBI, 2000, p.12).

A nova experiência ganhou força a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tornando-se um modelo positivo entre os vários setores e atores da sociedade, como sindicatos, partidos, organizações sociais e, principalmente, nos movimentos sociais com as suas pautas de reivindicações por políticas públicas, convocando a sociedade para as discussões e tomada de decisões na construção dessas políticas, o que vai de encontro com o que Habermas define como democracia:

[...] é o da cidadania deliberativa procedimental, baseado na correlação entre direitos humanos e soberania popular e consequente reinterpretação da autonomia nos moldes da teoria do diálogo [...]. A cidadania deliberativa consiste, assim, em levar em consideração a pluralidade de formas de comunicação – morais, éticas, pragmáticas e de negociação, em que todas são formas de deliberação. (HABERMAS, 1997, P. 99).

Porém, de acordo com Carvalho (2007, P. 28), o funcionamento do movimento democrático no Brasil vinculado à cidadania deliberativa ainda é muito incipiente e frágil devido à sua temporalidade de implantação, aperfeiçoamento e desenvolvimento, fato que ocasiona vários problemas nas tomadas de decisão por parte dos vários grupos na construção de políticas públicas efetivas que causem transformação na vida dos cidadãos.

O marco que possibilita essas formas de comunicação é estabelecido por meio da justiça, entendida como a garantia processual da participação em igualdade de condições. Dessa forma, Habermas procura e descreve a formação da opinião e da vontade comum não só pelo caminho do autoentendimento ético entre todos, mas também pelo ajuste de interesses pautados na discussão e pela justificação moral.

A gestão social e as políticas públicas

A gestão social é apresentada como ferramenta de gestão para a tomada de decisão coletiva sem coerção, baseada na inteligibilidade da lin-

guagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo de construção. Tendo a transparência como pressuposto e a emancipação enquanto fim último, a gestão social é vista como um processo em construção e discutida por vários atores em diversos segmentos da sociedade.

De acordo com Tenório (2005), o tema gestão social tem sido objeto de estudo e prática associado à gestão das políticas sociais, o que possibilita a discussão e construção de políticas públicas que solucionem problemas sociais apontados pela própria população e ainda não visualizados pelas instituições públicas através do diálogo. Tais diálogos se dão dentro dos espaços onde se elaboram as políticas públicas, sendo eles as organizações governamentais, protagonizados pelos atores sociais e técnicos, privilegiando a participação de todos.

Nesse caminho, as políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas advindas dos diversos seguimentos da sociedade.

Em alguns casos, a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas é assegurada na própria lei que as institui.

Portanto, as políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Assim, no caso da Economia Solidária, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional.

As audiências públicas, encontros e conferências setoriais, são instrumentos consolidados e utilizados nos últimos anos, como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processos de participação e controle social das políticas públicas, revelando que a gestão social é uma ferramenta pouco usada, mas que tem uma grande relevância para governantes e movimentos sociais no desenvolvimento das políticas públicas.

Para a consolidação da Economia Popular Solidária no Estado, reuniu-se os diversos segmentos do movimento de Economia Popular Solidária para elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de Minas Gerais (EPS). No processo de elaboração do plano, foram consideradas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Na-

cional de Economia Solidária, as quais orientaram as proposições deliberadas na III Coees.

Assim, o plano reflete as propostas construídas de forma participativa e democrática, constituindo-se como principal diretriz dessa política pública no estado de Minas Gerais, consolidando-se, então, enquanto uma agenda de execução de proposições articuladas e um instrumento de controle social.

A Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, que diz respeito à participação da sociedade, determina que :

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; [...]II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, todos os poderes públicos em todas as esferas e níveis da administração pública estão obrigados a assegurar a participação popular. Esta, portanto, não é mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população como um todo.

A trajetória de lutas do movimento de economia solidária

Os anos entre 1960 e 1970 ficaram marcados na história do capitalismo monopolista por uma sucessão de crises que define a saída de uma longa onda expansiva do capital para uma recessão econômica, que impôs grandes quedas nas taxas de lucro do capital. Essa conjuntura, aliada à investida neoliberal que se seguiu a partir de meados dos anos 1970, produziu altas taxas de desemprego, elevando os índices de pobreza e miséria na maioria dos países capitalistas centrais, e com grande incidência nos países periféricos (América Latina), em decorrência da instauração de regimes ditatoriais.

A ofensiva capitalista é marcada pelo profundo processo da globalização, financiamento da economia global, reestruturação produtiva e pela adesão às orientações políticas e econômicas do neoliberalismo.

Por outro lado, o desemprego impôs aos trabalhadores uma atitude defensiva, repensando suas estratégias de organização e determinando as opções do movimento operário em ações corporativas de defesa dos trabalhadores formais. Nesse contexto, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o pressuposto de unificar o movimento sindical no Brasil.

Esse processo desarticulou a resistência política no campo do trabalho, que vem acumulando diversas derrotas, principalmente no que concerne aos direitos sociais, colaborando objetivamente e subjetivamente com o enfraquecimento da resistência operária e popular.

Diante desse contexto, começaram a surgir no Brasil as primeiras iniciativas de organização dos trabalhadores na perspectiva da economia solidária. Essas iniciativas foram impulsionadas por ações de vários movimentos sociais, ONGs, igrejas e universidades, que apoiam a constituição e a articulação de cooperativas populares, de redes de produção e comercialização dos produtos em feiras de economia solidária. Esses grupos de trabalhadores começaram se organizar e se articular em fóruns estaduais e regionais de economia solidária para participar do Fórum Social Mundial (FSM) e, durante a 3ª edição do FSM (2003), foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Em 2003, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva assume o poder e, já em seu primeiro mandato, desenvolve uma política de trabalho na qual uma das diretrizes centrava-se na economia solidária. Nessa época, foi criada, por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (instituindo o Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), interna ao Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social (MTEPS). A direção da SENAES ficou sob o comando do economista Paul Singer e, a partir de então, a economia solidária alcançou o *status* de política pública de governo. (Parecer CEFES-S-CRESS, 2003, p. 1).

Diante desse contexto, para melhor compreensão do que está posto na atualidade sobre a economia solidária, o autor faz uma síntese, afirmando a importância dessa proposta como alternativa de superação da ordem vigente, o capitalismo:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária

casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. (SINGER, 2000. p. 13).

Na perspectiva desse autor, a superação do capitalismo é possível porque na economia solidária os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista: “posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores”. Por causa dessa estrutura organizacional e ideológica, as experiências de autogestão da economia solidária são, segundo Singer (2002), modos concretos de uma nova organização do trabalho fora do modelo capitalista, sendo herdeira da tradição socialista.

As iniciativas de economia solidária têm em comum a igualdade de direitos, fazendo com que os empreendimentos tenham participação democrática com igual poder para todos nas tomadas de decisões, sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, respeitando a diversidade e apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho. Essa estratégia de trabalho vem sendo cada vez mais requisitada, especialmente porque os custos iniciais desses trabalhos tendem a ser menores, possibilitando a inserção do sujeito no mundo do trabalho e, nessa onda de trabalho autônomo, os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) destacam-se pela sua diversidade. Sob o ponto de vista da organização econômica e a partir dos dados completos do Sies, a Economia Solidária brasileira se caracteriza pelas seguintes formas de organização:

1. Tipos de Organização

Forma de Organização	Quantidade	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade Mercantil	127	
Total	19.708	100

Fonte: Boletim Informativo Dados do SIES 2013.

Complementam esses dados a seguinte distribuição da Economia Solidária no território brasileiro: mais de 40 % dos EES da base do SIES se localizam na região Nordeste. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul, a distribuição é bastante próxima (15,9%; 16,4% e 16,7%, respectivamente). Na região Centro-Oeste, os 2.021 (dois mil e vinte e um) EES representam 10,3% do total. (SIES, 2013). Na perspectiva da construção da política pública, a economia popular solidária está organizada em Minas Gerais da seguinte forma: 475 EEs Rurais, 699 EEs Urbanos e 414 rurais/urbanos, Mais de 34 mil empreendedoras/es envolvidas/os se conformando em Grupos Informais, Associação, Cooperativas, Sociedade Mercantil, sendo que, dentre eles, 796 EEs têm como atividade principal produção e comercialização, destacando-se a Agricultura Familiar (31%) e o Artesanato (42%). Tal fato é evidenciado no gráfico a seguir:

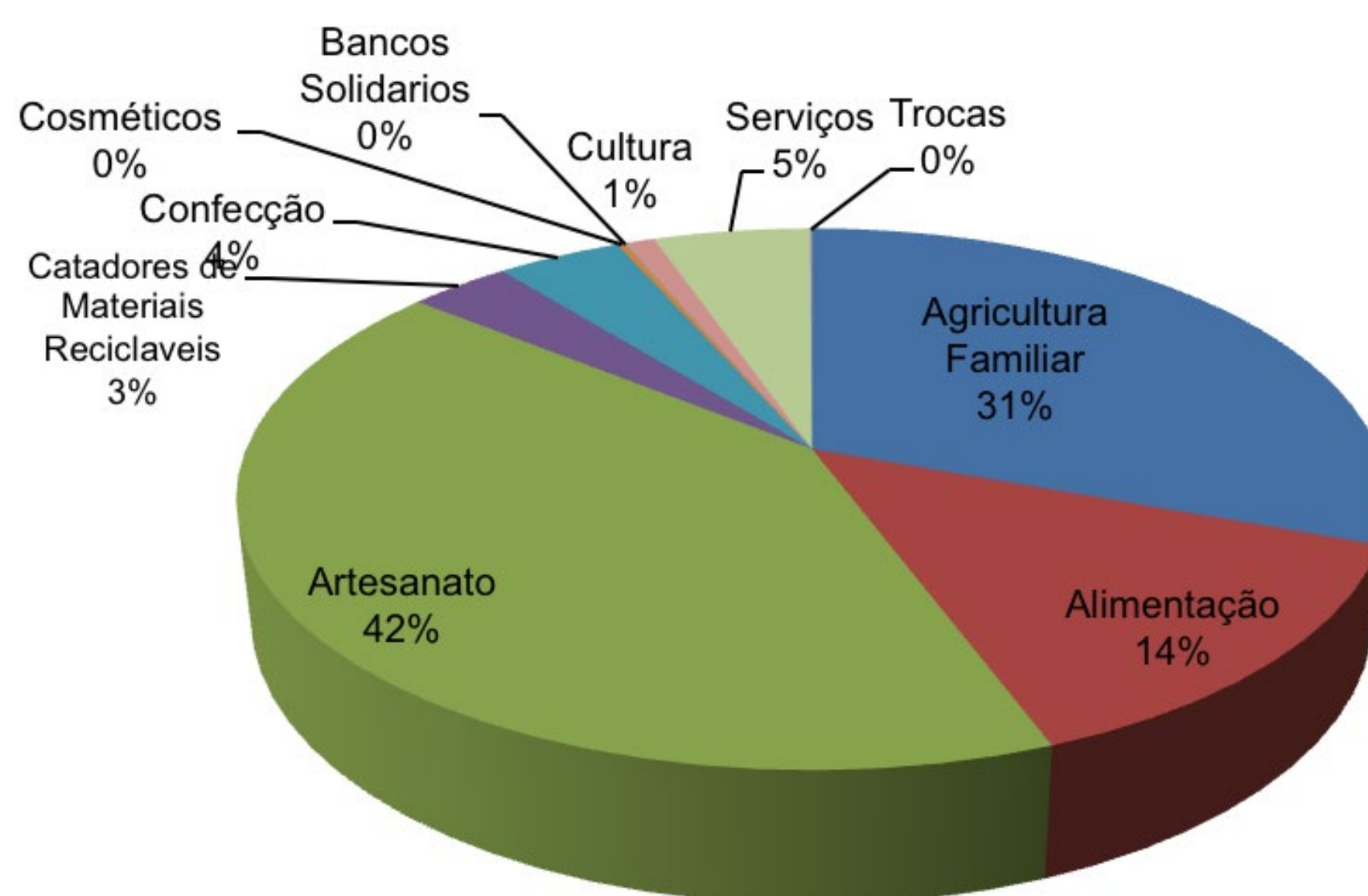


Gráfico 1. Total de Empreendimentos mapeados no Estado de Minas Gerais. Fonte: Base de dados da Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE.

Nesse cenário, vale destacar que Minas Gerais foi um dos primeiros estados a constituir uma legislação específica para o fomento à Economia Popular Solidária, que além da legislação, incorporou o termo “popular²” no seu escopo. Para a construção da Lei estadual nº. 15.028/04, foram re-

2 O termo Economia Solidária é usado no Brasil, porém o Estado de Minas Gerais, por meio da luta e reivindicação do movimento de EPS, incorporou o termo Popular em sua legislação, ficando, assim, reconhecida mundialmente como Economia Popular Solidária. A expressão Economia Solidária foi criada na França, no início de 1990, “fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris no Cri-da (Centre de Recherche et d’Information sur la Democratie et l’Auto) - inserção de muitos deles na empresa quando de sua consolidação e crescimento (MAGNANI, 2003). Já na Argentina e em outros países da América Latina, essa nova forma de economia carrega o nome de Economia popular, preservando os conceitos e a ideologia. Em 2001 surge o MNER (Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas) e, em 2003, o MNFRT (Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores), como uma cisão do MNER.

alizadas audiências públicas para a escuta e discussão com a sociedade civil, empreendimentos, entidades de apoio e fomento, com a participação dos parlamentares e gestores públicos.

A Lei estadual nº. 15.028/04 estabelece as definições acerca da Economia Popular Solidária, conforme artigo a seguir:

Art. 2º - A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres. (MINAS GERAIS, 2004).

Nesse sentido, destacamos as diversas manifestações da economia solidária e de suas composições, sendo elas: coletivos informais, associações, cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental), organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários, redes de empreendimentos, organização econômica de comunidades tradicionais, grupos culturais, dentre outros (MINAS GERAIS, 2012, p. 14-15).

A economia solidária aparece, nessa perspectiva, como uma alternativa ao desemprego, porque possui características que lhe são peculiares, como autonomia, iniciativa própria, autogestão e cooperação. Isso se relaciona com a necessidade de reinserir socialmente pessoas excluídas do mundo do trabalho e romper com a suposta exclusão que os desempregados vivenciam. Ademais, pressupõe, também, a criação de um mercado isolado e isento das características e traços da economia capitalista (competição, propriedade privada e a força de trabalho livre).

Considerações finais

Discutir as políticas públicas, a economia solidária e a gestão social como ferramentas de gestão para essa política é algo que vai muito além da simples reinserção do público marginalizado na sociedade por meio da renda. Percebeu-se, ao longo da pesquisa que, em sua trajetória sócio-histórica, esse público carrega as manifestações da questão social, como

o preconceito, a desigualdade, a exclusão social, além da luta cotidiana pelo seu reconhecimento como cidadãos que fomentam a economia do Estado por meio do trabalho, assim como faz o mercado formal.

A negação dos direitos se faz presente no cotidiano desses trabalhadores, o que é um resultado do modelo de acumulação capitalista e de um processo de industrialização desigual, tornando a economia popular solidária uma alternativa de sustento para as pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal.

As consequências nefastas desse modelo de produção já se tornam evidentes no plano social, marcado cada vez mais pelo acúmulo desmedido e crescente, pela concentração absurda de renda e bens nas mãos de poucos indivíduos e grupos econômicos, ocasionando situações extremas de injustiça social, exacerbação da violência, guerras, fanatismo, intolerâncias étnicas e preconceitos disseminados em todos os continentes.

Portanto, é urgente resistir e propor alternativas a esse modelo que se esvai por suas próprias contradições. Encontrar novas maneiras de prover as necessidades básicas de todos os habitantes do planeta e reverter as situações indignas e desumanas que se abatem a extensos segmentos sociais que sobrevivem em condições de grande vulnerabilidade social.

O que tem inspirado a construção da economia solidária é que “Outro Mundo é Possível” e, acreditando nesse lema, a economia solidária teve sua gênese e caminha de forma ordenada para sua consolidação na sociedade, trazendo outros instrumentos para a construção de uma nova realidade produtiva, que se baseia no esforço e em resultados obtidos por um trabalho coletivo e de base cooperativa, numa perspectiva solidária dotada de significados e valores compartilhados que se opõem à visão utilitarista engendrada no planeta nesses últimos três séculos de hegemonia do capitalismo.

A necessidade e urgência da edificação de um novo paradigma para as relações socioeconômicas divergentes do modo de produção capitalista, lastreadas nos princípios da democracia, sustentabilidade e da justiça social, para a construção de novas perspectivas e direcionamento para os indivíduos que acreditam neste modo de produção e sociedade.

O alcance da Economia Solidária já revelada em múltiplos empreendimentos exitosos nas mais diversas regiões do planeta e do Brasil. Apesar dessa realidade desfavorável imposta pela agenda do grande capital mundial, vários empreendimentos e grupos ordenados resistem e conseguem sobreviver apesar de todas as dificuldades apresentadas, atuando

em muitas cidades em diversos segmentos cooperativos de prestação de serviços, confecções, alimentação, ecoturismo, agricultura orgânica, extrativismo, pesca, coleta seletiva de resíduos, dentre outros.

Nesses doze anos de existência, observam-se importantes avanços na construção da Economia Solidária no Brasil, que já mobiliza aproximadamente 1,5 milhão de pessoas em mais de 20 mil empreendimentos econômicos solidários e contribui para a construção da humanização das relações de trabalho e geração de renda.

Diante dos fatos, compreende-se a gestão social como principal ferramenta de gestão para a tomada de decisão coletiva sem coerção. Isso é evidenciado quando analisamos a forma de gestão dos empreendimentos e cooperativas de Economia Solidária exitosos, que se baseia no entendimento como processo de construção, tendo a transparência como pressuposto e a emancipação enquanto fim. Ademais, nesses empreendimentos entende-se que a gestão social é um processo em construção nos diversos segmentos da sociedade. Como afirmou o Professor Paulo Freire: “através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais”.

Diante do contexto apresentado, pode-se perceber que no movimento de economia solidária aparecem traços próprios e evidentes da reestruturação capitalista e da dinâmica reificada da vida social, e não de rompimento com a investida capitalista. A economia solidária se apresenta como mais uma estratégia do capitalismo contemporâneo no mundo globalizado, que “fetichiza” as relações de produção e o consumo das mercadorias produzidas dentro das suas estruturas.

Por outro lado, isso também expressa que tais fenômenos estão se consolidando e têm suas bases arraigadas na existência real do capitalismo contemporâneo, impondo a busca por uma análise aprofundada à luz da crítica radical e ontológica do sistema capitalista, e não somente nas “construções ideais” que se autonomizam frente à realidade.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho II: escritos de Marx e Engels**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Acontece SENAES. Boletim informativo da Secretaria Nacional da Economia Solidária. Edição especial. Brasília: MTE. Jun. 2009.

_____. **A Economia Solidária**. Disponível:<<http://portal.mte.gov.br/EPSidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso: 17 set. 2015.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 p. 1931.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Economia Solidária – desemprego e precarização do trabalho**. Parecer em atendimento à deliberação n.º 18 do eixo de Seguridade Social do Relatório Final do 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS. Brasília, 21 de junho de 2013.

CORAGGIO, J. L. **La economia social desde la periferia: contribuciones latino-americanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

DAL MOLIN, F. P. F.; ALLEBRANDT, S. L. **Relatório técnico-científico: Gestão social: aproximações conceituais**. XIX SIC – Seminário de Iniciação Científica, 2011.

DEMO, P. **Participação é uma conquista: noções da política social participativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, L. I. G. (Coord.). **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário – DLSS Outra Economia é necessária e urgente**. Belo Horizonte, MG: Instituto Marista de Solidariedade, 2012.

JACOBI, P. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV 2000, p. 12.

LADEIRA, C. B.; COSTA, B. L. D. (Orgs.). **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

LIMA, J. C. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, J. C. (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 127-170.

MINAS GERAIS. **Plano Estadual de desenvolvimento da Economia Popular Solidaria**. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/economiasolidaria>. Acesso em 06 jun. 2017.

RAICHELIS, R. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: Um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. – 3. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008. p. 2 a 17.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. SOUZA, A. R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4^a ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Introdução à economia solidária: seis anos da SENAES. In: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Acontece SENAES**. Boletim informativo. Edição especial. Brasília: MTE. Jun. 2009.

TENÓRIO, F. G. O mito da participação. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v. 24, n. 3, p. 162-164, maio/jul./1990.

_____. **Flexibilização organizacional: mito ou realidade?** 2^a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

THEODORO, M.; JACCOUD, L.; OSORIO, R. et al. (Orgs.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 1^a. ed. Brasília: Ipea, 2008.